

O EFEITO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, O 'CASO ENSINO MÉDIO'

RESUMO

Este ensaio aborda a interferência do sistema privado na educação pública e em especial no Ensino Médio, em que as políticas educacionais, em particular, têm estado profundamente marcadas pela ação do poder privado. Ao tomar como fonte principal as políticas para Educação Básica aplicada ao Ensino Médio, logramos trazer para problematização as possíveis consequências e 'influências' dos programas privados para a organização do trabalho na Educação Básica, indicando, todavia, a necessidade de mais estudos na própria adesão neoliberal das organizações privadas. Pretendemos problematizar a associação de programas em uma síntese, mesmo que provisória, porque mecanismos e programas privados tendem a estreitar os 'laços de poder' com educação, ou seja, no gerenciamento e nas formas de organização dos conteúdos de aprendizagem, reduzindo a função educativa a uma proposição, instalada para aceitação e naturalização do sujeito privado.

Palavras-chave: Dominação. Educação. Ensino Médio. Ideológico. Privatização.

ABSTRACT

This essay addresses the interference of the private system in public education and especially in high school, in which educational policies, in particular, have been deeply marked by the action of private power. By taking the policies for Basic Education applied to Secondary Education as the main source, we managed to bring into question the possible consequences and 'influences' of private programs for the organization of work in Basic Education, indicating, however, the need for further studies in the adherence itself. neo-liberalism of private organizations. We intend to problematize the association of programs in a synthesis, even if provisional, because mechanisms and private programs tend to strengthen the 'ties of power' with education, that is, in the management and forms of organization of learning content, reducing the educational function. to a proposition, installed for acceptance and naturalization of the private subject.

Keywords: Domination. Education. High school. Ideological. Privatization.

INTRODUÇÃO

Em tese, às referências transmitidas pela educação escolar correspondem as primeiras elaborações, representações, percepções e decodificações da realidade compreendida pelos sujeitos com relação ao mundo de forma sistemática, porque a educação é considerada uma das mais importantes protagonistas da produção de argumentos simbólicos e da produção dos próprios produtores. Nesse sentido, a escola aparece, assim, como filha da república, filha do capitalismo dentre outras paternidades possíveis. Como professor, minha aproximação e incursão teórica na educação trouxe inquietações com relação a certas condições objetivas e subjetivas que vêm sendo conduzidas por demandas externas de forma a absolutizar a esfera privada em relação à esfera pública.

Com o tempo o Sistema Público permitiu a iniciativa privada entrar pela porta da frente da educação, em ruptura com a referência à noção de bem público e assumir as funções de gestão. Essa interferência é logo justificada por muitos, como resultado das crises educacionais associadas ao modelo existente de educação, que necessita de investimento em infraestrutura e em capital humano. Essa questão é inspiradora, no sentido de repensar a educação e sua estrutura como um meio paradigmático que parece ter emergido somente agora, diante da perspectiva de um mundo contemporâneo. Em 1996, o historiador Claude Lelièvre, em obra intitulada *L'école "à La française" en danger?* (A escola "à francesa" em perigo?) prognosticava que o modelo de educação francês estava em perigo por conta das ameaças que o próprio sistema criava.

Contudo, tanto no modelo francês que Lelièvre mencionava quanto no modelo brasileiro que conhecemos, é difícil encontrar algo que sustente uma tese de "ameaças" surgidas a partir do próprio sistema educacional e que criaria uma crise institucional ao modelo nacional ou internacional de educação, os quais, embora diferenciados por suas particularidades, estão bastante próximos, pois se reúnem em torno de atributos educativos da sociedade moderna. O discurso da crise em instâncias como a educação se transformou num instrumento para legitimar decisões políticas e econômicas (Agamben, 2013; Santomé, 2001; Frigotto, 2000). Descartamos assim a ideia da 'escola em crise', embora a hipótese não deva ser recusada em outros níveis do seu emprego.

Desse modo, o nosso olhar se volta para um nível conjuntural ainda mais profundo, que talvez por remeter aos fundamentos últimos, aos princípios com que um 'sistema' educacional se fundamenta em poder ideológico, o que o Estado consegue com ajuda de um modelo privado de gestão, com aquilo que Bourdieu (2017), chamou de "Metacapital" ou Capital Estatal, isto

é, Capital do Capital Teórico, um poder sobre os campos social¹, econômico, educacional, cultural e simbólico visando a sua viabilidade e implementação. Em virtude disso, levantam-se duas hipóteses importantes dos bastidores dessa condição antes da exposição da problemática.

A primeira encontra-se no poder institucional legítimo, burocrático e midiático que está sancionado em si mesmo (ainda que passe por limites), uma pactuação entre as políticas de Estado e as organizações privadas que criam repositório de valores universais para a esfera pública (Dardot; Laval 2016). Sob essa aparência da vontade consciente surge a segunda, que é pertinente à anterior, porém está mais próxima das ‘transformações’ educativas, um capital simbólico transmitido por uma educação que, segundo Bourdieu (2017), se configura enquanto produto ideológico, de uma estrutura que se materializa no interior do campo² escolar e fora dele.

Localiza-se então uma problemática a qual pode ser manifestada na seguinte questão: o ensino público, por cumprir a referência de etapa estratégica para reformas e reestruturação de uma estrutura de sociedade, seria por excelência um instrumento político de um ideário de frações dominantes de produção neoliberal? Não vou tentar responder essa questão, prefiro problematizá-la por que como afirma Apple; Olliver (2000), qualquer balanço atual do neoliberalismo é provisório por ser um movimento ainda inacabado. Porém, é possível dar testemunho da sua atualidade nos países mais ricos do mundo e nos últimos anos, em países em desenvolvimento como o Brasil.

A marca na história

Esse movimento que não é apenas político/econômico voltado para a produção como o liberalismo clássico, mas ideológico que ganhou força na década de 70 com o consórcio político Anglo-Americano de ascensão de Margareth Thatcher, na Inglaterra, em 1979, seguida pela candidatura de Ronald Reagan em 1980 que abre caminho para a ascensão do neoliberalismo de Newton Friedman (1902-1977), contra o keynesianismo e as propostas do Estado Providência, tornando-se as novas bases ideológicas do capitalismo.

A década de 80 vêem com algumas mudanças de concepção dessa poderosa ideia com o desaparecimento de intelectuais que se notabilizaram no passado para compreender o espaço público. Autores como Jean-Paul Sartre (1905-1980), Jean Piaget (1896-1980), Jacques Lacan (1901-1981), Michel Foucault (1926-1984), Louis Althusser (1918-1990) e outros, balizaram um retorno a problematização do indivíduo, como ‘ator social’, e impulsionava o interacionismo

¹ Campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam” (Bourdieu, 2011, p. 55).

do “pós-moderno”, da complexidade, das teorias sistêmicas nos anos seguintes. O neoliberalismo é uma lógica normativa conduzida por políticas econômicas de intervencionismo governamental, em outras palavras, um modo de governo dos poderes econômicos. Esse sistema não afeta apenas a área econômica, mas também áreas como a educação, cultura, política, social, etc. Portanto, é importante chamar a atenção para uma questão fundamental que não se encontra em áreas visíveis nesse sistema. Está ligado ao que Dardot; Laval (2015) chamam de uma ‘racionalidade’ que saiu das fronteiras capitalistas, um subproduto do capitalismo, mas com mais força substituindo o seu modo de funcionamento para aplicá-lo a outras esferas.

Não se trata, portanto, apenas de uma ideologia ou de um receituário de política econômica, mas de uma racionalidade que pretende estruturar a mentalidade e, assim, o comportamento tanto dos governantes quanto dos governados, de dominadores e de dominados. Ela quer que todos assumam, por vontade própria, a condição de mero “capital humano”. Na medida em que a imposição dessa forma de subordinação total ao valor que se valoriza for bem-sucedida, o capitalismo conseguirá perpetuar-se. (Dardot; Laval, p.2, 2015)

Aqui está a chave da questão. Uma forma de pensar que assume todas as características do neoliberalismo sem questioná-lo. Essa racionalidade tem duas características principais a considerar: a primeira pressupõe que todas as relações sociais devem ser regidas pelo princípio da concorrência e que impõem a todos os indivíduos e a todas as instituições. A segunda, é a competitividade que exige dos indivíduos que sejam competitivos no modelo da empresa em que o indivíduo como afirma Foucault (2008), empreendedor de si mesmo transformando-o em uma empresa, um capital humano acumulando valor para si mesmo como uma racionalidade que visa o acúmulo de atributos fieis ao capital. Para tanto, o indivíduo se vale de um certo ativismo que opera na mente. Eis que se trata de uma forma de governo, ou mais propriamente, de supragovernabilidade do “governo dos homens” pela “administração das coisas”, o que teve como resultado infalível a administração dos homens como coisas”. (Dardot;Laval p.67, 2015).

No entanto, o neoliberalismo não é um sistema rígido, não chega a ser um antissistema, mas sua consolidação como pensamento e até mesmo meio ideológico, é um potencial emulador de grandes transformações sociais no campo político, econômico, científico e religioso². A construção desse movimento, ocorreu através do tempo acontecendo em seu interior mutações até chegar uma variante o ‘ordoliberalismo’.

Essa variante, acontece na Alemanha do pós-guerra, o mercado econômico tinha que criar uma lógica para dialogar com o Estado e chamou essa lógica de ‘ordoliberalismo’, cuja

² A ideologia liberal é responsável por várias mudanças nos processos históricos, como a Revolução Francesa e modificações no secularismo eclesiástico e mais adiante no século XIX, o reconhecimento dos direitos civis, políticos e econômicos

meta era saber que maneira a liberdade de mercado poderia funcionar com os princípios organizacionais do Estado. Segundo Foucault (2008), o neoliberalismo alemão, questionava até que ponto era possível adotar uma economia de mercado com o Estado como mecanismo formalizador? Essa questão foi inspirada por que o neoliberalismo não conseguiria tanta projeção se não tivesse a ajuda do Estado mantendo os gestores orientados pelo sistema privado. Contrariando as teses keynesianas, as políticas neoliberais vão ganhando espaço no cenário mundial acumulando riqueza propiciado pelo Estado. Segundo Anderson (1995), “tal concepção foi impulsionada a partir de 1973, quando o mundo capitalista caiu numa longa e profunda crise, combinando baixa taxa de crescimento e inflação” (p.10). Nesse contexto, as políticas neoliberais potencializaram o processo de transformação da sociedade e principalmente, seus atributos como a educação pública, que em grande medida, se transformou em mercadoria e, por imediato, no caso estudado do ensino médio, intensificam o processo de proletarização dos docentes.

As políticas ou programas do modelo neoliberal, atuam na Educação Pública, enquadrando-a cada vez mais para o processo de mercantilização e privatização, transformando a educação em mercadoria para atender interesses específicos do Capital econômico por meio das ações políticas. O neoliberalismo conseguiu uma comunhão com o Estado que nenhuma política anterior conseguiu com tanta facilidade e de forma tão abrangente oferecendo a porta da frente para as políticas privatistas. Na mesma medida, os acordos que os organismos internacionais podem interferir nas políticas públicas, de modo a garantir os interesses do Capital e do seu processo reprodutivo.

O Banco Mundial (BM) é um desses organismos internacionais. Acredito que exista realmente uma parceria público-privada, ainda que adotada para outros trabalhos, mas servem mais para nublar os processos em análise do que a explicá-los. A começar pelo fato de que não existe relação colaborativa entre setores de forma horizontal, como a parceria pode indicar. Tampouco se trata de formas específicas de privatização incentivadas pelo Banco Mundial (BM), as quais no Brasil foram reguladas pela Lei Federal nº. 11.079/04 que se trata de processos recomeçados pela educação pública, entendida como aquela financiada e gerida pelo Poder Público, conforme indicado na Lei de Diretrizes e Bases - Nº 9394/1996 subordinada ao setor privado com fins de lucro.

No campo da educação, abre-se um pacote de propostas destinadas a efetivar as reformas na Educação em países em desenvolvimento como o Brasil, com o discurso de que, por meio dessas reformas educacionais, o país poderá alcançar um nível de excelência educacional e diminuir as desigualdades. É fundamental salientar, à medida que o Estado formula e implementa Políticas para educação pública, nega a materialidade a sua condição, perdem a

sua expressividade na sociedade capitalista. Nessa perspectiva, o quanto o Capital não se reproduz sem a presença do Estado:

[...] a função do Estado como patrocinador direto, que fornece generosamente, até mesmo às mais ricas corporações multinacionais, os fundos necessários para a ‘renovação’ e o ‘desenvolvimento de instalações’, fundos que o idealizado ‘espírito empresarial’ da competição privada não pode mais produzir lucrativamente. Isso sem mencionar o envolvimento permanente do Estado capitalista moderno na sustentação material (e subsidiada) do sistema da iniciativa privada através do financiamento e da organização, tanto da pesquisa de orientação tecnológica direta como da assim chamada ‘pesquisa básica’. (Mészáros, 2011, p. 672).

Sobre esse prisma, o Estado ao formular suas Políticas educacionais, ainda que seja para atender as necessidades dos grupos mais desfavorecidos, garantindo a Educação Pública e gratuita, notadamente, não deixa de atender aos interesses do capital que ‘tudo se vende, tudo se compra’, ‘tudo tem preço’, do que a mercantilização da educação. (Mészáros, 2008, p. 16). Para colocar esse questionamento em consonância com a trama que evidencia a presença de uma estrutura subjacente à educação básica, é necessário trazer essa discussão para um subcampo, o ensino médio, que, a nosso ver, é a fase substancial do sistema escolar, no qual se implicam valores éticos, morais e simbólicos, correspondendo ao início da primeira mediação entre jovem/adulto, produtivo, força de trabalho, eleitor e consumidor.

Reforma do Ensino Médio: o rompimento do debate democrático

Vejamos num primeiro momento os efeitos dessas políticas públicas no âmbito da educação e em seguida os reflexos da desqualificação do trabalho docente. Não raramente, é fruto de simplismo acreditar que o Ensino Médio é apenas uma linha homogênea, regular e passiva de ligação entre o Ensino Fundamental e o Superior. A preocupação com relação a isso se dá por que enquanto as extremidades do processo de escolarização são pensadas, o Ensino Médio aparece somente como fase de transição. A partir dessas considerações, entende-se que a Educação Básica, em especial, o Ensino Médio, tem uma atenção maior por parte dos Organismos Internacionais (OI), que se tornaram os seus financiadores no Brasil.

Há nisso uma frequência de acordos, a partir do capital econômico, firmados para as políticas educacionais, em que estas são apresentadas como parte das redefinições do papel do Estado que alteram a gestão pública da educação em direção a um modelo gerencial privado. Nesse sentido, concordamos com Bourdieu (1987) sobre que não há separação entre o econômico e o político, porque “[...] as estruturas dos diferentes campos – é inseparável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos das estruturas mentais (que é em parte produto da incorporação da estrutura social) e da análise da gênese das próprias estruturas sociais [...]”(p. 26). Com isso,

Bourdieu nos coloca a meia distância entre o objetivismo dos planos desenvolvimentistas de unificar os campos econômicos mundiais que sacrificam algumas políticas na direção educacional como força para garantir legalmente a conservação do poder político e de interesses que buscam a hegemonia através do consenso “espontâneo” dos indivíduos numa tentativa de barrar possíveis antagonismos. Por oportuno, destaca-se situar contexto da pesquisa e o exercício de implantação privada no Brasil, em uma série registros de políticas educacionais a partir da adoção de ajustes estruturais. Autorizados pela esfera pública, institutos privados como o Unibanco criado no ano de 1982, assumiu em 2011 acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do Governo Federal com o interesse de implantar nas escolas públicas de Ensino Médio o “Projeto Jovem de Futuro” (Peroni, 2010; Monteiro, 2014), o qual prevê três linhas de ação: capacitação, apoio técnico e avaliação.

O Jovem de Futuro se apresenta como proposta ao desenvolvimento da gestão escolar voltada para resultados, em que abarca duas metas principais: o aumento do desempenho dos alunos e a diminuição dos índices de abandono escolar. No final dos anos 1980 atuava na educação promovendo cursos sobre “empreendedorismo” e de alfabetização. É em 2003 passa a apresentar propostas para a educação formal e em 2007. O expansão do IU se deu com a implantação do programa em escolas das redes estaduais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, em 2009, no estado de São Paulo. Em 2011, o IU firma parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, SAE. Essa parceria prevê termos de Cooperação Técnica que envolve também desenvolvimento de pesquisas avaliações (PERONI; CAETANO, 2015, RODRIGUES, 2016; BALDUÍNO, 2016, entre outros).

Por se encontrar em diferentes “nuances” de contratualismo, a política privada se articula em programas educacionais, em um contratualismo jurdicista Ball (2014) como no projeto Jovem de Futuro (JF) que tem a princípio, a duração de três anos com foco no fortalecimento da gestão escolar na educação pública no Ensino Médio. Instituições do Terceiro Setor Mercantil como o Instituto Ayrton Senna criado em 1994, iniciou suas atividades na educação formal, educação complementar e educação tecnológica com a narrativa de atuar sobre as políticas públicas educacionais. Em 2002 lança o Programa Gestão Nota 10, dirigido a gestores para os quais oferece formação e ferramentas gerenciais de gestão. (INSTITUTO AYRTON SENNA 2014, PERONI; ADRIÃO, 2010; PINHEIRO, 2010). Na mesma linha, o Instituto Natura (IN), que, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 1.145/2016, fomenta à Educação em Tempo Integral para o Ensino Médio (EMITI), retirando de certa forma o controle do setor público (BALL, 2014), ao se prontificarem a atender às metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei nº 13.005/2014. O Instituto Natura oferece modelo pedagógico e de gestão, do qual foram utilizadas as informações relacionadas

ao método de gestão e a atuação do diretor escolar³.

Da mesma forma, programas voltados para formação de professores como o ‘Ensina Brasil’, da Rede Global *Teach for All*, que em acordo com estados e municípios brasileiros, vem construindo um modelo de aprendizagem voltada para a gestão por resultados. Nesse processo, materializam-se e ganham fôlego propostas de Lei como a nº 13.415/2017 que transformou a Medida Provisória nº 746/2016 em Lei apresentada em 22 de setembro de 2016 pelo então presidente interino, Michel Temer e a MP nº 746/2016 que trouxe mudanças significativas para a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Na ocasião, o MEC justificou a mudança com o documento nº 00084/2016/MEC. Nesse documento, ficaram dúvidas às intenções do Ministério da Educação em afirmar que as mudanças seriam para melhorar o desempenho do estudante nas avaliações. No entanto, o próprio MEC salienta que as mudanças não dialogam com as questões sociais previstas na LDB nem com o setor produtivo. Mas se a lei não traz a referência do setor produtivo, por que ela traz a seguinte redação.

Um novo modelo de Ensino Médio oferecerá, além das opções de aprofundamento nas áreas do conhecimento, cursos de qualificação, estágio e Ensino Técnico Profissional de acordo com as disponibilidades de cada sistema de ensino, o que alinha as premissas da presente proposta às recomendações do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF. (BRASIL, 2016, p. 2).

Os aspectos citados mostram a preocupação do MEC em alinhar as políticas educacionais às orientações dos OIs no Brasil. No estilo kafkiano, a primeira medida imposta no conjunto de tantas outras, faz parte de outras reformas: projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, e da - PEC 55 e EC 95, da Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência. Na construção desse discurso construído para a classe trabalhadora é permanecer apenas como coadjuvante, pois o papel principal é desempenhado pelo capital econômico em conluio com o governo. É preciso reconhecer nessas mudanças a “interdependência indissolúvel” dos fatores culturais sociais e ideológicos sem a predominância de uma parte sobre a outra. O que torna ainda mais difícil apontar especificamente para o ensino médio.

Por outro lado, existe um argumento ideológico para justificar a urgência na tramitação do Projeto de Lei 6840/2013 e para a transformação desse projeto na MP 746 politizando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Esse índice é utilizado para medir a qualidade da educação brasileira. Ele serve de parâmetro para comparar os resultados com as

³ Documento digital “Tecnologia de Gestão Educacional: princípios e conceitos (ICE, 2015) é o utilizado neste texto. Anteriormente, o ICE havia produzido o documento “Manual Operacional: Modelo de Gestão - Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) - Uma nova escola para a juventude brasileira-Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” Embora a tecnologia de gestão seja apresentada com diferentes nomenclaturas nos documentos, os referenciais permanecem ancorados Tecnologia Empresarial Odebrecht A gestão escolar no contexto da privatização na Educação Básica

metas estipuladas anteriormente. O Ideb combina

[...] dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE (BRASIL, 2018).

Munido desse instrumento de responsabilização e de intencionalidade de privatização, no início de setembro de 2016, o então ministro da educação – Mendonça Horn, G. B.; Machado, em um discurso neoliberal sobre a reforma do ensino médio e da qualidade da educação apresentou os dados do Ideb de 2015 afirmando⁴: “Os resultados são uma catástrofe para nossa juventude”. A reforma no ensino médio é urgente.” Segundo o ministro, “já passou da hora de oferecermos uma solução adequada para a educação dos jovens”. E conclui, e se for necessário, vamos sugerir ao presidente Michel Temer que seja editada uma Medida Provisória (MEC, 2016). Essa questão não envolve apenas questões de interesse econômico e de legitimação de um poder político, mas para uma instância muito mais profunda que atravessa as mentes mais lúcidas. Há uma abstração tão preponderante e sem qualquer consideração para esse aspecto. Para Lukács (2016, p. 107), o problema da abstração traz dificuldades para a compreensão da realidade, pois considera

[...] o conhecimento abstrato do domínio parcial isolado conserva sua ‘autonomia’, e permanece um fim ‘em si’ [...]. Se se pretende compreender a realidade da educação é preciso partir da categoria da totalidade. Por isso, o método empregado por Marx na crítica da economia política ressalta que [...] se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações mais simples. Chegados a este ponto, teríamos que voltar e fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas (Marx, 1978, p. 116).

Ou seja, após a entrada do neoliberalismo, vem o conceito de educação vinculada com uma nova racionalização⁵ criada para superação dos resultados negativos provenientes da acumulação capitalista. Isso mascara o “sujeito capital”, ou “capital humano” visto como um instrumento para a sobrevivência do Capital e a manutenção de sua dominação. (Frigotto, 2000) afirma que:

⁴ <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=39041>

⁵ Entendemos por racionalização o conjunto de técnicas com vistas a aumentar o tempo de trabalho excedente. Trata-se de uma racionalização do ponto de vista do capital, que não delega ao trabalhador a missão de trabalhar melhor, mas sim trabalhar mais. Simone Weil, que faz uma crítica ao taylorismo enquanto técnica de racionalização da produção: No final das contas, este sistema contém o essencial daquilo que hoje se chama a racionalização. Os contramestres egípcios tinham chicotes para levar os operários a produzirem; Taylor substituiu o chicote pelos escritórios e pelos laboratórios, com a cobertura da ciência. (WEIL, 1996: 145)

O capital humano é função de saúde, conhecimento e atitudes, comportamentos, hábitos, disciplina, ou seja, é expressão de um conjunto de elementos adquiridos, produzidos e que uma vez adquiridos, geram a ampliação da capacidade de trabalho, portanto, de maior produtividade. O que se fixou como componentes básicos do Capital Humano sofre os traços cognitivos e comportamentais (p. 92)

A racionalização da prática escolar são especialmente advindas da administração escolar norte-americana (Apple, 1995). Esse sistema atua no sentido de organizar o material didático, determinam o conteúdo das disciplinas, projetos, apostilas, modelos metodológicos transmitidos aos alunos. Isso demonstra que o ensino e principalmente o ensino médio, se organiza em moldes empresariais e seguem os padrões industriais de gerência sobre o processo produtivo por ser a etapa de escolarização que antecede a “vida produtiva” de trabalho.

Não é percebido uma preocupação entre os profissionais da educação com estas questões. Pelo contrário, quando existe algum comentário, esses profissionais fazem até mesmo uma defesa desse sistema acreditando que à conservação das condições diante da estrutura de ensino, possam permitir posteriormente um sucesso ao campo profissional (e também a outros) (Dubar, 2005), definindo os como uma espécie de tendência do grupo a perseverar. A privatização da educação com afirma Hill (2003) “[...] tentará destruir qualquer forma de pedagogia que tente educar os estudantes sobre seu verdadeiro predicamento” (p. 27). É percebido que existe um esforço persistente feito por indivíduos tanto na gestão como na execução das tarefas educacionais no sentido de organizar assimetricamente produtos e produtores na desatenção da situacionalidade da produção educacional. Quanto a isso, é necessário questionar: esta teoria tutelar é pura ficção ou o que assistimos é uma dominação silenciosa e conscienciosa que, pelo deslocamento progressivo de uma unicidade à outra, expressa radicalmente as bases do interesse de um modelo ‘educativo’ privado dominante?

A complexidade dos pressupostos que transitam entre a aparência para a realidade que poderiam responder essa questão, mostra-nos que as condições objetivas e subjetivas sobre as políticas que precisam ser analisadas e problematizadas além do viés econômico, político e burocrático. Vale lembrar que o mercado econômico tem a preocupação o asseguramento da ampliação dos lucros, logo a ideia de uma economia é válida também para a educação, resultando em proposições que se aplicam em estratégias de ampliação e controle do trabalho educativo das futuras gerações de trabalhadores e ao já tradicionalmente estabelecido estímulo à competitividade que só pode ser defendido quando os indivíduos envolvidos concordam com essa lógica. Sob esta premissa se oculta a perspectiva de alinhamento com os planos de negócios (HILL, 2003), e que estão implícitos no trabalho pedagógico e na ausência de uma compreensão mais rigorosa sobre modelos ideopolíticos para a educação.

Algumas considerações

Estamos assistindo uma ideologização da indústria⁶, dimensão criadora do sujeito privado que, em última análise, se encontra estatizado, mas despolitizado com relação a sua privatização. Ao desenvolver este trabalho, concluimos que as políticas educativas de cunho neoliberal e a adoção da nova gestão pública enquanto referência e solução para as crises do capital, traz uma pauta restritiva das organizações de ensino às ideopolíticas para o cerceamento e delimitação de fronteiras para disciplinas que buscam ultrapassar as limitações dos sujeitos quanto ao fosso existente entre a situação do ensino e sua consciência.

É percebido propagandeada de intenções de alterar a organização do trabalho na escola facilitando a vida dos professores e alunos. No entanto, esse pressuposto é passível de questionamentos porque tais alterações, são capazes de penetrar e se perpetuar na atuação dos profissionais da educação para a dominação. Nessa perspectiva, a tendência neoliberal de cunho privatista, altera a prática educativa docente através da incorporação de um segunda natureza (Bourdieu 1998) social que é na “realidade, um regime político que só pode se instaurar com a cumplicidade ativa ou passiva dos poderes propriamente políticos” (1998 p.75) que só pode ser explicado como diria Bourdieu (2011), por um *habitus*⁷ como princípio ativo das disposições criadas por uma lógica que escapa à consciência. O investimento pelas empresas privadas na formação dos professores, gestores e a alteração da lógica de gestão, de democrática para gerencial, são mais um artefato importante para mascarar a dominação ameaçando alterar tanto as formas quanto o conteúdo do trabalho na escola, atingindo diretamente a cultura escolar e a relação estabelecida entre docentes e discentes. A relação de ensino/aprendizagem se mostrará alterada desde que a ênfase passa a ser dada aos resultados, e não ao processo.

É perceptível um controle sobre o ensino e aprendizagem através da formação dos profissionais e também através do currículo. Temos, então, um viés mercadológico com o uso de manuais, apostilas, guias e a avaliação padronizada externa. As mudanças na estrutura escolar vêm ocorrendo na educação nos últimos anos mostrando que essas não são apenas alterações técnicas. Há introdução de uma nova cultura com uma nova linguagem, uma espécie de ideopolítica para o conjunto de papéis, posições e identidades. Dessa forma, modifica-se,

⁶ A ideologia industrial penetrou na escola, transformando-a em empresa. E a escola não só não resistiu como também passou a utilizar-se do dicionário economicista. A supervisão escolar é um exemplo, embora tente desvencilhar-se de suas origens, ultrapassando sua concepção fiscalizadora para formular uma concepção mais integradora, coordenadora. Mesmo assim, não adianta mudar o vocabulário se não for mudada a ideologia. (Gadotti,1998p 106).

⁷ “*Habitus*, uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todas as mentes socializadas [...]. uma lei tácita (*nomos*) da percepção e da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social” (Bourdieu, 2011, p.126.)

consequentemente, o significado da educação, alterando o significado de ser um professor ou aluno, formando uma visão ideológica. Não são simplesmente os serviços de ensino que estão sujeitos a formas de privatização: a própria política de educação - através redes de influências que penetrem no cálculo individual e trazer uma nova razão para a educação. Em suma, a análise da intervenção neoliberal na educação brasileira evidencia a expansão das políticas mais convenientes aos interesses do capital estrangeiro. Essas políticas contam com o apoio decisivo dos governos e de frações específicas da nossa sociedade que vislumbram certo lucro com as agências internacionais.

Nesse sentido, a anunciada “co-operação” consiste, de fato, em estratégia de expansão das políticas de interesse capital, sendo que a educação, nessa perspectiva, aponta como a principal reprodutora a força de trabalho para o capital, formar ideologicamente conforme os interesses do mesmo criando um indivíduo privado que servirá ao mercado econômico. Vivemos hoje no Brasil, reflexos de um entusiasmo (de alguns) pela onda neoliberal que abraça o mundo que agora parece ter se instalado definitivamente.

Com isso as políticas voltadas para educação não devem ser dirigidas a um grupo específico, mas a todos e neste sentido, há que se explicitar as devidamente às grandes contradições que demandam superação. Portanto, há um problema, e onde há problema, deve existir reflexão, debate e acima de tudo ações concretas. Com isso, a mudança deve começar na nossa consciência que deve assumir uma posição crítica e compreender por que determinadas disposições estão postas, quais são as finalidades de determinados projetos, programas e qual ideologia que rege determinadas ações. Por fim, esperamos com essa pesquisa admita uma intromissão nas ideopolíticas no meio educacional em posição favorável à elaboração de estruturas cognitivas em relação ao mundo socioeducativo, gerando um conformismo ou ainda um instrumento de dominação. Em síntese provisória, considera-se que tais programas tendem a estreitar o “conteúdos” da escola, ou seja, a gestão e as formas de organização, reduzindo a função educativa. As proposições, todavia, confrontam-se a um *modus operandi* instalado que pode oferecer algum nível de resistência entre os educadores.

As “reformas na gestão escolar” parecem deixar mais seguramente á escola a aceitação e naturalização do indivíduo privado como gestor de si mesmo na escola, justificado assim as premissas mercantis como justificáveis, submetendo-se a escola lógica empresarial. A complexidade do privado na area pública presumidamente será revelado no caminho entre a aparência hipotética e fenomênica para a essência, através de um conjunto de projetos, ideias e processos de interferência que será aos poucos se inserindo precipuamente na Educação Básica. Trazer para a discussão a pauta restritiva das organizações de ensino às ideopolíticas para o cerceamento e delimitação de fronteiras disciplinares. Logramos importante trazer futuros

trabalhos de pesquisa para a problematização das “heranças” dos programas privados para a organização do trabalho na Educação Básica indicando-se, todavia, a necessidade de mais estudos a partir de uma organização privada enquanto matriz gestora da educação.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir. (org) *Pós-Neoliberalismo As políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial : O Estado num mundo em transformações. Washington, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998

BOURDIEU, Pierre. **Science de la science et reflexivité**. Paris: Raisons d’Agir, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France 1989-1992**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRASIL. Orientações curriculares para o Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2006.

BRASIL. Medida Provisória no 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de setembro de 2016. Seção 1 p. 1-2. Disponível: http://www.ifs.edu.br/proen/images/mp_746_ensino_medio_link.pdf Acessado em 16/02/2021.

BRASIL. Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/02/2017&jornal=1&>

pagina=1&totalArquivos=440 Acessado em 16/02/2021.

BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Lei 6840/2013 Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1200428&filename=PL+6840/2013 Acessado em 16/02/2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional.** In: GENTILI, Pablo (org.). A pedagogia da exclusão. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 2000

GADOTTI, Moacir. Educação e poder. Introdução a pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1998.

HILL, Dave. O Neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 24-59, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2kg8IUz>. Acesso em: 20 ago. 2003.

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTEIRO, Marcelisa. **A formação discursiva neoliberal em escolas públicas estaduais: o Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco.** 2014. 266 f. tese (Doutorado em Educação) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2kvEAPO>. Acesso em: 28 de maio 2010.

ANTOMÉ, Jurjo Torres. **O professorado em época de neoliberalismo: dimensões sociopolíticas de seu trabalho.** Brasil-Espanha. São Paulo: Cortez. 2001.